

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

1 Em julho, o Governo Central atingiu superávit de R\$ 1,9 bilhão nas suas contas primárias. Contribuiu para esse desempenho o resultado de R\$ 2,7 bilhões obtido pelo Tesouro Nacional, parcialmente compensado pelos déficits de R\$ 712,9 milhões da Previdência e de R\$ 97,2 milhões do Banco Central.

O Governo Central obteve superávit de R\$ 1,9 bilhão no mês de julho.

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, 1998/1999**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	Julho		Jan-Jul	
	1998	1999	1998	1999
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>13.840,8</b>	<b>18.024,2</b>	<b>102.343,1</b>	<b>117.926,3</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>10.323,9</b>	<b>14.106,0</b>	<b>76.982,9</b>	<b>91.615,6</b>
I.1.1 Receita Administrada Bruta	10.182,9	13.329,9	68.617,3	79.034,3
I.1.2. (-) Restituições	(672,6)	(760,9)	(1.627,7)	(2.111,1)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	614,7	657,7	4.115,6	3.961,1
I.1.4. Demais Receitas	207,2	929,6	6.345,6	11.218,0
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(8,4)	(50,3)	(467,9)	(486,7)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>3.516,9</b>	<b>3.918,3</b>	<b>25.360,2</b>	<b>26.310,7</b>
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>13.886,6</b>	<b>16.010,6</b>	<b>100.193,8</b>	<b>103.354,9</b>
<b>II.1. Transferência a Estados e Municípios</b>	<b>1.870,9</b>	<b>2.305,9</b>	<b>16.000,7</b>	<b>18.856,7</b>
<b>II.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>4.237,2</b>	<b>4.631,2</b>	<b>27.871,6</b>	<b>30.701,5</b>
<b>II.3. Despesas da Administração Federal</b>	<b>7.516,3</b>	<b>8.846,4</b>	<b>55.156,8</b>	<b>52.553,2</b>
II.3.1. Pessoal e Encargos	3.518,1	4.913,8	27.483,8	27.904,5
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	3.998,2	3.932,6	27.673,0	24.648,7
- Abono e Seguro Desemprego	259,6	387,8	2.393,0	2.771,7
- Desapropriação para Reforma Agrária	16,2	23,3	169,4	113,6
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.722,5	3.521,5	25.110,6	21.763,4
<b>II.4. Subsídios e Subvenções</b>	<b>262,2</b>	<b>227,2</b>	<b>1.164,7</b>	<b>1.243,5</b>
<b>III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)</b>	<b>(45,8)</b>	<b>2.013,6</b>	<b>2.149,4</b>	<b>14.571,4</b>
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	674,5	2.726,5	4.660,7	18.962,2
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(720,3)	(712,9)	(2.511,3)	(4.390,8)
<b>IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>(57,8)</b>	<b>(97,2)</b>	<b>(377,3)</b>	<b>(397,2)</b>
<b>V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)</b>	<b>(103,6)</b>	<b>1.916,4</b>	<b>1.772,0</b>	<b>14.174,1</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>0,34%</b>	<b>2,53%</b>

**Principais Variações**

Acumulado: Julho99/Julho98

<b>Receitas</b>	<b>15,2%</b>
<b>Despesas</b>	<b>3,2%</b>
Benefícios	10,2%
Transferências	17,8%
Pessoal	1,5%
Custeio	-10,9%

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração.  
(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários  
(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

No ano, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em 14,2 bilhões, contra R\$ 1,8 bilhão obtido de janeiro a julho de 1998. Em termos desagregados, o Tesouro Nacional obteve superávit de 19,0 bilhões, superando os déficits acumulados de R\$ 4,4 bilhões da Previdência e de R\$ 397,2 milhões do Banco Central.

No ano, o Governo Central acumula superávit de R\$ 14,2 bilhões, aproximadamente 2,5% do PIB.

**RESULTADO PRIMÁRIO/PIB**  
Acumulado jan-jul 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Tesouro Nacional	0,9%	3,4%
Previdência Social	-0,5%	-0,8%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
<b>GOVERNO CENTRAL</b>	<b>0,3%</b>	<b>2,5%</b>

Com esses resultados, o superávit primário do Tesouro Nacional, de janeiro a julho de 1999, elevou-se a 3,4% do PIB, contra apenas 0,9% em 1998. Por outro lado, o déficit acumulado da Previdência Social (RGPS) agravou-se, passando de 0,5% do PIB no ano anterior, para 0,8% até julho deste ano. Desse modo, o ganho fiscal do Governo Central em 1999, em relação a 1998, representa aproximadamente 2,2 pontos percentuais do PIB, refletindo o esforço da União para atingir suas metas fiscais.

## Receita Total

**RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB**  
Acumulado jan-jul 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>19,5%</b>	<b>21,1%</b>
I.1. Tesouro	14,6%	16,4%
I.1.1. Adm SRF (*)	12,7%	13,7%
I.1.2. Outras (**)	1,9%	2,6%
I.2. Previdência Social	4,8%	4,7%

(\*) Líquida de restituição

(\*\*) Diretamente arrecadadas e "demais" receitas

A arrecadação de julho totalizou R\$ 18,0 bilhões, tendo sido 30,2% superior ao recolhimento do mesmo mês de 1998. Foram preponderantes para esse aumento: i) as receitas com impostos e contribuições administrados pela SRF, que, líquidas da restituição, cresceram R\$ 3,1 bilhões; ii) as receitas classificadas como "demais" (dividendos, concessão de serviços, conta petróleo etc), as quais cresceram R\$ 724,7 milhões; e iii) as receitas com contribuição previdenciária, R\$ 401,4 milhões superiores às de julho do ano passado.

No acumulado do ano, as receitas totalizaram R\$ 117,9 bilhões, 15,2% a mais, em termos nominais, do que a arrecadação em igual período de 1998. Considerando essa receita como proporção do PIB, o desempenho no período apresenta crescimento de aproximadamente 1,6 ponto percentual do PIB.

## Receitas do Tesouro Nacional

*Em julho, a arrecadação extraordinária de R\$ 1,6 bilhão decorreu do pagamento de débitos em atraso.*

O fator relevante para explicar o aumento das receitas administradas no mês, com relação a 1998, foi o recolhimento de R\$ 1,6 bilhão proveniente da desistência de ações judiciais, e conseqüente pagamento de débitos em atraso, relativos a Cofins (R\$ 1,2 bilhão), PIS/Pasep (R\$ 200 milhões), CSLL (R\$ 160 milhões) e IRPJ (R\$ 40 milhões). Outros dois importantes fatores, ambos vigorando em 1999, mas sem paralelo em 1998, foram: i) elevação da alíquota da Cofins de 2% para 3%, em março, juntamente com a extensão da obrigatoriedade do pagamento para as entidades financeiras (Lei nº 9.718/98); e ii) elevação da alíquota da

CPMF de 0,20% para 0,38%, vigorando a partir de junho (EC nº 21/99). Essas medidas, em adição à receita extra no mês, foram mais que suficientes para compensar a queda na arrecadação de outros tributos (IRRF, IOF e IPI), por conta do menor número de semanas de incidência, entre outros fatores.

Com relação às outras fontes de arrecadação do Tesouro, ingressaram, em julho, R\$ 929,6 milhões no item “demais receitas”. Houve redução em relação a junho, por decorrência da antecipação de recursos da venda da Telebrás naquele mês, no montante de R\$ 2,4 bilhões. As receitas decorrentes dos órgãos da administração direta e indireta, por sua vez, responderam por R\$ 657,7 milhões no mês em análise, contra R\$ 558,9 milhões em junho.

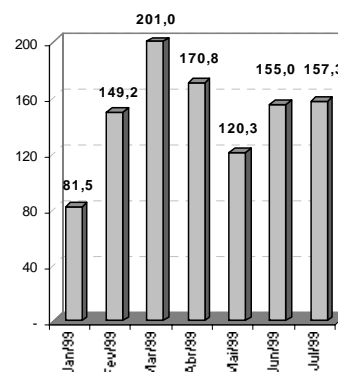
Até julho, as receitas administradas pela SRF (líquidas de restituição) cresceram 14,8% (aproximadamente 1,0 ponto percentual do PIB), quando comparadas a 1998. Além das receitas de julho, os principais fatores que contribuíram para esse desempenho no período foram: i) desistência de ações judiciais e conseqüente pagamento de débitos em atraso no montante de R\$ 2,2 bilhões em fevereiro (Lei nº 9.779/99 e alterações introduzidas pelas MP nºs 1.807/99 e 1.858-6/99); ii) extensão da tributação sobre aplicações de renda fixa para as operações de cobertura (*hedge*), realizadas por meio de operações de *swap* (Lei nº 9.779/99); iv) extensão do IOF para aplicações em fundos de investimentos à alíquota de 0,38% e aumento de 0,38 ponto percentual nas operações de crédito relativas às pessoas físicas e pessoas jurídicas (vigorou entre 24/01/99 e 17/06/99, em substituição à CPMF); e v) inclusão de depósitos judiciais convertidos em receita da União (Lei nº 9.703/98), impactando em aproximadamente R\$ 1,0 bilhão de janeiro a julho de 1999.

Excluindo os ingressos extraordinários e o recolhimento da CPMF nos dois períodos de comparação (inclusive as medidas compensatórias referentes ao IOF), a receita administrada pela SRF, ainda assim, cresceu cerca de R\$ 8,3 bilhões, 13,9% superior à arrecadação acumulada até julho de 1998. Como proporção do PIB, esse aumento representa

## **Evolução até julho/99**

*As receitas administradas pela SRF (líquidas de restituição) cresceram 14,8% em 1999.*

Depósitos judiciais convertidos em receita da União (Lei 9.703/98) (R\$ milhões)



ganho de 0,8 ponto percentual, o que reflete, em grande medida, os efeitos das medidas fiscais tomadas pelo governo.

As receitas diretamente arrecadadas pelos demais órgãos da administração federal, por sua vez, registraram recuo de 3,8%, ou R\$ 154,5 milhões, em relação a 1998. Em termos desagregados, ocorreu queda basicamente nas receitas das autarquias e fundações (R\$ 244,9 milhões), compensando o crescimento relativo na arrecadação da administração direta (R\$ 90,4).

<b>Demais Receitas</b> (R\$ milhões)		
Itens	Jan-Jul	
	1998	1999
Dividendos	708	908
Concessão	4.042	6.207
Cta Petróleo	0	2.120
Outras	1.595	1.983
<b>Total</b>	<b>6.346</b>	<b>11.218</b>

Por fim, com relação às demais receitas, observa-se que estas cresceram R\$ 4,9 bilhões. O destaque, nesse grupo, recai sobre o abatimento da dívida do Tesouro junto à Petrobrás, proveniente da denominada "Conta Petróleo", que atingiu R\$ 2,1 bilhões no período. Soma-se a isso as receitas com concessões de serviços, a maior parte do sistema Telebrás, que foram R\$ 2,2 bilhões superiores às de igual período de 1998. Os demais ganhos obtidos no período estão distribuídos entre dividendos da União (acrécimo de R\$ 199,8 milhões) e outras receitas (acrécimo de R\$ 388,0 milhões).

## **Despesa Total**

### **DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB Acumulado jan-jul 1998/1999**

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>19,1%</b>	<b>18,4%</b>
II.1. Estados/Municípios	3,0%	3,4%
II.2. Benefícios	5,3%	5,5%
II.3. Adm Federal	10,5%	9,4%
II.3.1. Pessoal	5,2%	5,0%
II.3.2. Custeio	5,3%	4,4%
II.4. Subsídios	0,2%	0,2%

A despesa total atingiu R\$ 16,0 bilhões em julho, superando em R\$ 2,1 bilhões o montante despendido no mesmo mês de 1998. Os gastos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 1,7 bilhão no período, enquanto que as despesas com benefícios previdenciários subiram R\$ 394,0 milhões. No âmbito do Tesouro, destacam-se o crescimento da folha de pessoal, devido ao pagamento de férias e do 13º salário do funcionalismo do Poder Executivo, e das transferências a estados e municípios, decorrente dos créditos municipais relativos a 1998. Em contrapartida, houve redução nas despesas com custeio e capital no montante de R\$ 201,0 milhões.

No acumulado do ano, a despesa total atingiu R\$ 103,4 bilhões, dos quais R\$ 72,7 bilhões referem-se ao Tesouro Nacional e R\$ 30,7 bilhões à Previdência Social (RGPS). Em proporção do PIB, a despesa total reduziu-se 0,6 ponto

percentual, destacando-se a diminuição nos gastos com custeio do Tesouro Nacional, correspondente a 0,9 ponto percentual.

Entre as despesas do Tesouro Nacional, destacam-se as transferências no âmbito da Lei Complementar nº 87/96. Em julho, houve aumento de R\$ 396,3 milhões nessa rubrica em comparação a julho de 1998, concorrendo para esta variação: i) o repasse adicional de R\$ 259,0 milhões aos municípios, relativo aos créditos de 1998 decorrentes da alteração na opção do fator de ampliação, conforme art. 2º da MP nº 1.913-5/99 e que foram transferidos em parcela única este mês; ii) acréscimo de R\$ 110,5 milhões nas transferências aos estados e municípios em decorrência da re-opção permitida pela MP nº 1.913-5/99; e iii) o abatimento nas transferências de julho de 1998 no montante de R\$ 53,7 milhões, decorrentes de antecipações efetuadas em meses anteriores, sem contrapartida em julho deste ano.

O gasto com pessoal e encargos no mês foi afetado pela primeira parcela do 13º salário do funcionalismo do Poder Executivo e pelo pagamento de férias, impactando as despesas em R\$ 1,2 bilhão. Saliente-se que entre março e novembro de 1998, a folha era paga no dia 25 do mês de referência, enquanto que em 1999 tem sido paga até o 5º dia útil do mês seguinte, conforme MP nº 1.882/99.

Até julho, as transferências aos governos subnacionais cresceram R\$ 2,9 bilhões em relação a 1998, devido às alterações na legislação da Lei Complementar nº 87/96 (Portaria Interministerial MF/MPO nº 340/98, MP nº 1.816/99 e sucedâneas) e ao aumento das transferências constitucionais como decorrência da elevação das receitas tributárias partilhadas.

Em contrapartida, a redução nas despesas com custeio e capital do Tesouro Nacional contribuíram para a geração do superávit primário deste ano em cerca de 0,9 ponto percentual do PIB, não obstante a elevação nos gastos com abono e

## **Despesas do Tesouro Nacional**

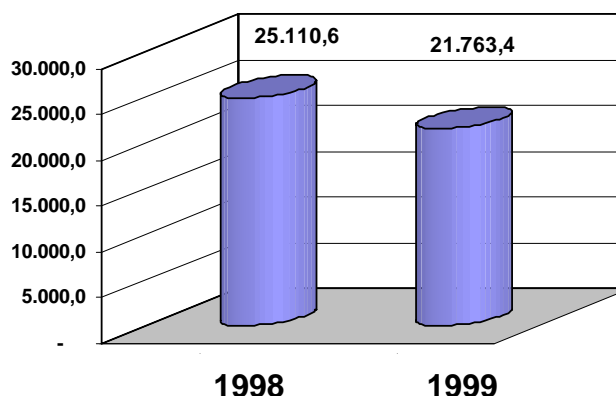
*O pagamento de férias e 13º salário afetou as despesas de pessoal em R\$ 1,2 bilhão.*

## **Evolução até Julho/99**

*A redução no custeio contribuiu para obtenção do superávit primário em cerca de 0,9 ponto percentual do PIB.*

seguro desemprego e com desapropriação de terras para reforma agrária. Tal comportamento reflete os esforços de contenção de gastos em cumprimento ao Decreto nº 3.031/99, com as alterações da Portaria nº 120/99.

**Outras Despesas de Custeio e Capital**  
(acumulado até julho em R\$ milhões)



*As demais despesas de custeio e capital apresentaram redução de R\$ 3,3 bilhões, relativamente a igual período de 1998.*

## **Previdência Social**

Em julho, o déficit da Previdência Social (RGPS) foi de R\$ 712,9 milhões, inferior ao resultado de 1998, devido ao aumento de 11,4% nas receitas do mês.

*A contribuição previdenciária do mês aumentou R\$ 401,4 milhões em relação a julho de 1998.*

O aumento na receita em relação a julho de 1998, de R\$ 401,4 milhões, pode ser atribuído ao reajuste no salário mínimo ocorrido em maio deste ano. Além disso, soma-se a arrecadação de depósitos judiciais no mês, no valor de R\$ 52,7 milhões, e a arrecadação com os leilões de Certificado da Dívida Pública do INSS (CDP/INSS), contribuindo com mais R\$ 55,4 milhões para aumento das receitas previdenciárias.

Ressalte-se, por fim, ganho com a sub-rogação das empresas de prestação de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, de acordo com a Lei nº 9.711/98. A partir de março, quando a medida passou a ter efeito sobre o caixa, até o mês de junho, a arrecadação dos setores atingidos cresceu 21,3% (cerca de R\$ 137,7 milhões), quando comparado ao mesmo período de 1998.

As despesas com benefícios previdenciários, por seu turno, aumentaram 9,3%, passando de R\$ 4,2 bilhões em julho de 1998 para R\$ 4,6 bilhões no mês em análise. Nesse caso, ressalta-se o crescimento de 4,2% na quantidade de benefícios emitidos em junho (com efeito no caixa de julho), e de 5,9% no seu valor médio.

No acumulado do ano, as despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 30,7 bilhões, em contrapartida aos R\$ 27,9 bilhões observados em 1998. O acréscimo, de mais de 10,0% no período, também pode ser explicado pelo aumento da quantidade e do valor médios dos benefícios previdenciários pagos, que cresceram, respectivamente, 3,8%, e 7,2% entre dezembro de 1998 e junho de 1999, com efeito no caixa de janeiro a julho deste ano.

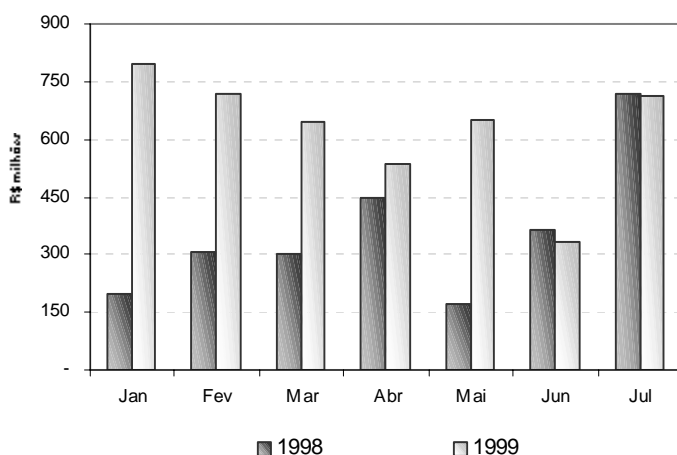
Dessa forma, o resultado da Previdência no ano já acumula déficit de R\$ 4,4 bilhões (equivalente a 0,8% do PIB), superior em 74,8% ao déficit de R\$ 2,5 bilhões apurado em igual período de 1998.

Benefícios	Junho		
	1998	1999	%
Quantidade*	17,8	18,5	4,2%
Valor Médio**	237,2	251,1	5,9%

(\*) Em Milhões  
(\*\*) Em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA/PIB Acumulado jan-jul 1998/1999		
DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Contribuição	4,8%	4,7%
Benefícios	5,3%	5,5%
<b>RESULTADO</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-0,8%</b>

**Déficit da Previdência Social  
Brasil, 1998/1999**



*A Previdência Social acumula déficit de R\$ 4,4 bilhões de janeiro a julho de 1999.*

**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

Ao final de julho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 181,9 bilhões, correspondendo a 19,4% do PIB, reduzindo-se em 0,2 ponto percentual do PIB relativamente a junho.

**TABELA 2**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO**  
**BRASIL, 1999**

*Em julho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado reduziu-se para 19,4% do PIB*

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Mai	Jun	Jul
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>61.762</b>	<b>71.776</b>	<b>67.594</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	275.978	284.027	286.734
Dívida Contratual da STN	-156.974	-153.852	-158.924
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-57.242	-58.398	-60.216
Fat	-41.057	-41.639	-43.342
Demais Entidades	-16.185	-16.760	-16.874
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>109.979</b>	<b>110.674</b>	<b>114.294</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	84.841	85.302	87.964
Títulos Depositados em Garantia	-5.572	-5.684	-5.565
Dívida Contratual	31.175	31.564	32.414
Disponibilidades	-465	-507	-519
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>171.742</b>	<b>182.450</b>	<b>181.888</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>18,5%</b>	<b>19,6%</b>	<b>19,4%</b>

Em termos nominais, a redução de R\$ 562 milhões no saldo da dívida líquida, comparativamente ao mês de junho, reflete o aumento de R\$ 6,9 bilhões nos haveres líquidos do Tesouro Nacional e de fundos, autarquias e fundações, mais que compensando o incremento de R\$ 2,7 bilhões na dívida mobiliária interna em mercado e de cerca de R\$ 3,6 bilhões na dívida externa.

**Dívida Pública  
Mobiliária  
Federal**

O estoque da DPMFi, ao final de julho, atingiu R\$ 434,1 bilhões, sendo R\$ 286,7 bilhões em poder do mercado (30,6% do PIB), apresentando ligeiro acréscimo de 0,1 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.



**TABELA 3**  
**DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA**  
**BRASIL, 1999**

(R\$ milhões)

	1999		
	Mai	Jun	Jul
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>419.992</b>	<b>430.675</b>	<b>434.115</b>
<b>I. Dívida com Mercado</b>	<b>275.978</b>	<b>284.027</b>	<b>286.734</b>
LTN	16.220	25.806	26.984
LFT	124.817	130.506	130.254
LFT-A	4.157	4.341	4.388
LFT-B	19.694	18.329	20.144
NTN-A	7.113	7.298	7.414
NTN-D	29.968	28.922	27.726
NTN-I	1.302	1.299	1.383
NTN-P	11.165	9.852	9.934
CFT-D	4.413	2.098	2.131
NTN-E	2.652	406	0
NTN-S	49.275	50.099	50.930
Demais	5.202	5.072	5.445
<b>I.2 Dívida com BACEN</b>	<b>80.334</b>	<b>82.504</b>	<b>82.330</b>
LTN	228	232	236
NTN-B	235	237	242
NTN-S	11.044	11.228	11.414
LFT-A	33.727	34.319	34.465
LFT	33.242	34.570	34.034
Demais	1.859	1.917	1.938
<b>I.3 Títulos em Tesouraria</b>	<b>63.680</b>	<b>64.145</b>	<b>65.051</b>
<b>Dívida MERCADO/PIB</b>	<b>29,8%</b>	<b>30,5%</b>	<b>30,6%</b>

*A relação DPMFi em mercado/PIB situou-se em 30,6%.*

As emissões em mercado totalizaram R\$ 24,5 bilhões, contra R\$ 26,6 bilhões de resgates/cancelamentos, gerando um resgate líquido de títulos no montante de R\$ 2,1 bilhões. O crescimento da dívida mobiliária em mercado em R\$ 2,7 bilhões foi devido à incorporação de juros nominais no montante de R\$ 4,8 bilhões.

### ***Emissões, Resgates e Cancelamentos***

**TABELA 4**  
**EMISSÕES, RESGATES E CANCELAMENTOS**  
**DPMFi EM MERCADO BRASIL, JUL/99**

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não financeiras	Total
I. Emissões	21.708	2.763	24.471
II. Resgates	26.105		26.105
III. Cancelamentos	514		514
<b>IV. Valor líquido (I-II-III)</b>	<b>-4.912</b>	<b>2.763</b>	<b>-2.148</b>

Do total de R\$ 21,7 bilhões em emissões financeiras, R\$ 17,0 bilhões foram de LFT e R\$ 4,7 bilhões em LTN. As LTN foram emitidas com prazo de vencimento de até 362 dias, e as LFT com prazo de 728 dias, em média.

O Tesouro Nacional emitiu LTN com prazo de um ano e LFT com prazo de dois anos.

**TABELA 5**  
**EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO**  
**BRASIL, JUL/99**

(R\$ milhões)

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	VALOR	
				NOMINAL	FINANCEIRO
01/06/99	CTN	20 anos	IGP-M	380,7	11,3
02/07/99	LFT	726 dc/497 du	0,313%	1.500,0	1.495,3
07/07/99	LTN	91 dc/64 du	5,048%	3.000,0	2.855,8
07/07/99	LTN	175 dc/121 du	10,100%	1.000,0	908,3
07/07/99	LFT	728 dc/499 du	0,311%	2.500,0	2.492,2
09/07/99	LTN	82 dc/57 du	4,660%	515,3	492,3
09/07/99	LTN	362 dc/248 du	25,310%	500,0	399,0
09/07/99	LFT	733 dc/502 du	0,323%	2.351,3	2.343,7
09/07/99	NTN-P	15 anos	TR + 6% a.a.	1,5	1,5
14/07/99	LFT	728 dc/ 499 du	0,348%	1.964,3	1.957,4
16/07/99	LFT	719 dc/ 492 du	0,412%	1.000,0	995,9
21/07/99	LFT	728 dc/ 499 du	0,431%	2.500,0	2.489,3
23/07/99	LFT	726 dc/ 497 du	0,443%	1.500,0	1.493,4
28/07/99	LFT	714 dc/ 489 du	0,439%	2.500,0	2.489,1
30/07/99	LFT	726 dc/ 497 du	0,465%	1.289,1	1.283,1
<b>TOTAL</b>				<b>22.502,1</b>	<b>21.707,7</b>

Do montante de R\$ 2,8 bilhões de emissões não-financeiras, R\$ 2,7 bilhões são referentes aos títulos emitidos para assunção da dívida do município do Rio de Janeiro, conforme tabela a seguir. Houve também emissão de NTN-I no valor de R\$ 107,8 milhões referentes a equalização das taxas de juros dos financiamentos no âmbito do Proex.

**TABELA 6**  
**EMISSÕES RELATIVAS À ASSUNÇÃO DE DÍVIDA DOS MUNICÍPIOS**  
**BRASIL, JUL/99**

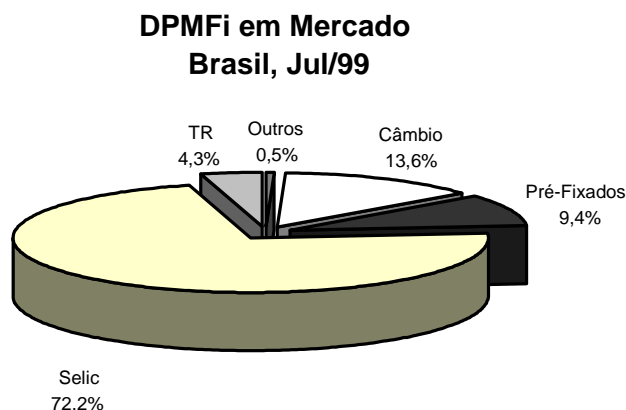
Emissão de R\$ 2,7 bilhões em decorrência da assunção das dívidas do município do Rio de Janeiro.

(R\$ milhões)

ESTADO	VALOR	LEI
<b>Rio de Janeiro</b>		
1. Assunção de Dívida Interna		
1.1. LFT-B	1.487,9	MP nº 1891-5/99
1.2. LFT-M	934,1	MP nº 1891-5/99
2. Assunção de Dívida Externa		
2.1. LFT-B	231,4	MP nº 1891-5/99
<b>Total</b>	<b>2.653,4</b>	

Quanto à composição da DPMFi, registrou-se a continuidade do aumento da participação relativa das LTN, passando de 6,0% em junho, para 6,3% no mês em análise. As LFT (inclusive LFT-A e LFT-B) mantiveram sua participação em 66,3 % da DPMFi total.

A participação relativa dos títulos cambiais no total do estoque da DPMFi vem-se reduzindo gradualmente, caindo de 14,0% em junho, para 13,6% em julho, em decorrência da não-substituição dos títulos que vencem por outros de características semelhantes. De fato, a última emissão de NTN-D ocorreu no mês de fevereiro, enquanto os resgates vem ocorrendo mensalmente. As emissões de NTN-I, embora numerosas, representam parcela reduzida do estoque, não influenciando significativamente na composição da dívida por indexador.



Em julho, o custo médio anual dos títulos da DPMFi, emitidos por meio de processo competitivo em mercado, foi de 22,0%, contra 28,3% verificado em junho, motivado pela queda dos indexadores Selic, TR, TBF e, principalmente, pela variação cambial, de 1,11% em julho, substancialmente inferior à observada em junho (2,64%). Excluindo-se os títulos indexados ao câmbio, o custo médio anual dos títulos em mercado mantém tendência declinante, registrando no mês 21,1% nos competitivos, e 20,4% na totalidade dos títulos.

## Composição

TABELA 7  
COMPOSIÇÃO DA DPMFi  
BRASIL, 1999

Título	1999 (%)		
	Mai	Jun	Jul
LTN	3,9	6,0	6,3
LFT	37,6	38,3	37,8
LFT-A	24,1	23,8	23,9
LFT-B	4,7	4,3	4,6
NTN-A	2,1	2,1	2,1
NTN-D	7,1	6,7	6,4
NTN-H	0,7	0,6	0,5
NTN-P	2,7	2,3	2,3
NTN-S	14,3	14,2	14,3
NTN-E	0,6	0,1	0,0
DEMAIS	2,2	1,6	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

## Custo e Prazo Médios

*O custo médio anualizado dos títulos competitivos reduziu-se de 28,3%, em junho, para 22,0%, em julho*

**TABELA 8**  
**DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO**  
**BRASIL, 1998/1999** (% anual)

PERÍODO	TOTAL	COMP(1)
<b>1998</b> Jul	20,56	24,26
Ago	21,58	23,62
Set	27,70	31,54
Out	34,54	37,26
Nov	32,80	36,08
Dez	31,32	33,71
<b>1999</b> Jan (2)	30,42	30,90
Fev (2)	37,11	38,24
Mar (2)	40,02	42,42
Abr (2)	33,65	35,38
Mai (2)	26,20	31,52
Jun (2)	22,14	23,20
Jul (2)	20,42	21,12
Jan (3)	227,40	311,41
Fev (3)	49,22	53,33
Mar (3)	-2,77	-11,64
Abr (3)	12,42	14,57
Mai (3)	34,02	34,96
Jun (3)	27,36	28,30
Jul (3)	20,98	21,95

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

(2) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(3) Incluindo títulos indexados ao câmbio

*O prazo médio da DPMFi em mercado atinge recorde de 13,15 meses*

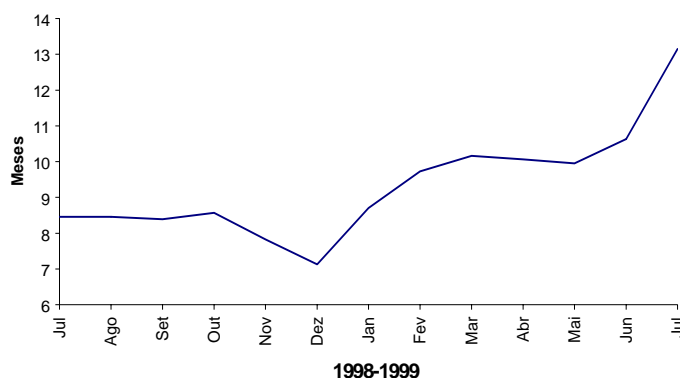
O prazo médio da DPMFi em mercado, emitido sob processo competitivo de formação de taxas, cresceu significativamente em relação ao mês anterior, passando de 10,63 meses em junho para 13,15 meses em julho.

**TABELA 9**  
**DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO**  
**BRASIL, 1998/1999** (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
<b>1998</b> Jul	34,52	8,46
Ago	35,89	8,46
Set	36,12	8,39
Out	35,31	8,57
Nov	31,04	7,83
Dez	29,75	7,13
<b>1999</b> Jan	35,22	8,70
Fev	34,22	9,73
Mar	31,09	10,16
Abr	28,86	10,06
Mai	28,13	9,95
Jun	27,42	10,63
Jul	28,28	13,15

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

**DPMFi - PRAZO MÉDIO**  
(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado)



A forte elevação no prazo médio dos títulos competitivos é decorrência da estratégia de alongamento empreendida nos últimos meses, intensificada no mês de julho pela reduzida emissão de LTN de prazo mais curto e pela continuada emissão de LFT de prazo em torno de dois anos. Destaque-se que este é o maior prazo médio já alcançado pelos títulos competitivos nos últimos anos.

O saldo dos haveres líquidos totais do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 158,9 bilhões, equivalente a 17,0% do PIB, com variação da posição credora líquida do Tesouro em R\$ 5,0 bilhões, em relação a junho.

## ***Dívida Contratual Interna***

**TABELA 10**  
**DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA**  
**BRASIL, 1999**

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Mai	Jun	Jul
<b>TOTAL DA STN</b>	<b>-156.974</b>	<b>-153.852</b>	<b>-158.924</b>
Dívida Bancária	38.619	38.738	38.705
Crédito Securitizado (exceto CVS)	18.596	19.562	19.701
CVS	7.742	7.833	7.895
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.181	3.191	3.184
Certificados de Privatização	40	40	40
INSS	-8.946	-9.096	-9.247
Lei 7.976/89	-11.231	-11.131	-11.245
Bônus Renegociação	-17.902	-18.368	-18.106
Lei 8.727/93	-42.243	-42.377	-42.367
Lei 9.496/97	-95.887	-96.215	-97.183
Renegociação de dívidas dos Municípios	0	0	-2.673
Recebíveis dos Estados	-3.392	-3.397	-3.448
Recebíveis das Estatais	-24.796	-20.983	-21.123
Outros	-9.429	-9.581	-9.818
Créditos das Operações Oficiais	-9.334	-9.425	-9.295
Arrecadação a Recolher	-1.992	-2.644	-3.942
<b>TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-57.242</b>	<b>-58.398</b>	<b>-60.216</b>
Fat	-41.057	-41.639	-43.342
Demais Entidades	-16.185	-16.760	-16.874
<b>TOTAL</b>	<b>-214.215</b>	<b>-212.251</b>	<b>-219.140</b>
<b>TOTAL/PIB</b>	<b>-23,1%</b>	<b>-22,8%</b>	<b>-23,4%</b>
<b>TOTAL DA STN/PIB</b>	<b>-16,9%</b>	<b>-16,5%</b>	<b>-17,0%</b>

*Os haveres totais do Tesouro Nacional atingiram o equivalente a 17,0% do PIB.*

Destaca-se a inclusão dos créditos do Tesouro Nacional junto ao município do Rio de Janeiro, cujo saldo totalizou R\$ 2,7 bilhões, em função da assunção e refinanciamento da dívida mobiliária de responsabilidade daquele município, nos termos da Medida Provisória nº 1.891-5/99.

Em relação aos haveres contratuais de fundos, fundações e autarquias, verificou-se acréscimo de R\$ 1,7 bilhão no saldo das aplicações do FAT no extramercado. O aumento das disponibilidades desse fundo deveu-se, entre outros fatores, ao aumento da remuneração das aplicações corrigidas pela variação cambial no BNDES, e à devolução de recursos relativos ao seguro-desemprego pela CEF, referente ao período 1998/1999.

O prazo médio dos créditos securitizados apresentou ligeira queda, passando de 181,3 meses, em junho, para 180,3 meses em julho em decorrência do “envelhecimento” dos ativos existentes, sem que ocorressem novas emissões. No entanto, o custo médio anual dos créditos securitizados atingiu 18,2% no mês, elevando-se em relação ao observado em junho (7,5%). Tal elevação significativa deveu-se à variação do IGP-DI, que indexa 57% da dívida securitizada, e que passou de -0,34% a.m., naquele mês, para 1,02% a.m., em julho.

*A variação do IGP-DI contribuiu para elevação do custo médio anual dos créditos securitizados de 7,5%, em junho, para 18,2%, em julho.*

## **Dívida Externa**

Ao final de julho, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizou R\$ 114,3 bilhões, equivalente a 12,2% do PIB, contra 11,9% em junho.

*O Tesouro Nacional retornou ao mercado internacional emitindo R\$ 1,5 bilhões em Euro Bond.*

Com isto, houve um crescimento do saldo em R\$ 3,6 bilhões relativo ao mês anterior. Tal crescimento se deve basicamente à emissão de R\$ 1,5 bilhão em Euro 2002, à variação cambial ocorrida no mês (1,11%), e aos juros e encargos da dívida incorporados ao saldo.

Merece destaque a volta do país ao mercado internacional de títulos, com a referida captação em euros. A operação, que inicialmente atingiu EUR 700,0 milhões, foi a

de maior volume dentre os títulos de países emergentes já emitidos naquela moeda.

Devido ao êxito da operação, e com o objetivo de atender à forte demanda por parte de investidores, foi realizada reabertura da emissão ao final do mês, com a ampliação da captação em mais EUR 100,0 milhões. Esses recursos foram utilizados para resgate da dívida pública mobiliária interna.

Características do título:

Denominação: EURO 2002  
Emissão: EUR 800,0 milhões  
Taxa de Juros: 9,5% a.a.  
Amortização: ao final de 3 anos.

TABELA 11  
DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL  
BRASIL, 1999

DISCRIMINAÇÃO	1999		
	Mai	Jun	Jul
<b>1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>84.841</b>	<b>85.302</b>	<b>87.964</b>
<b>1.1. Bônus de Renegociação</b>	<b>65.006</b>	<b>65.258</b>	<b>65.984</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.500	1.540	1.557
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.700	4.386	4.435
Par Bond (PB)	7.209	7.399	7.481
Discount Bond (DB)	9.325	9.571	9.678
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.996	3.075	3.109
Front-Loaded Interest Reduction Bond (C-Bond)	12.597	12.930	13.074
Debt Conversion Bond (DCB)	14.637	15.023	15.190
New Money Bond (NMB)	3.860	3.962	4.006
Eligible Interest (EI)	7.182	7.372	7.454
<b>1.2. Bônus de Captação</b>	<b>19.835</b>	<b>20.044</b>	<b>21.980</b>
Samurai Bond	425	438	468
Global Bond	1.293	1.327	1.342
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	918	937	979
Global Bond 2027	6.034	6.193	6.262
Eurolira Bond	696	710	742
Eurosterling Bond 2007	415	419	436
Euro Bond 2003	900	918	959
Global 2008	689	703	734
DM 2008	2.155	2.212	2.237
Global 2004	5.172	5.309	5.368
Euro Bond 2002	0	0	1.535
Demais	1.138	878	918
<b>2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-5.572</b>	<b>-5.684</b>	<b>-5.565</b>
<b>3. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>31.175</b>	<b>31.564</b>	<b>32.414</b>
<b>4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-465</b>	<b>-507</b>	<b>-519</b>
<b>5. TOTAL (1+2+3+4)</b>	<b>109.979</b>	<b>110.674</b>	<b>114.294</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>11,9%</b>	<b>11,9%</b>	<b>12,2%</b>

Em julho, a relação dívida externa/PIB foi de 12,2%

Em julho, os desembolsos realizados com encargos da dívida externa totalizaram R\$ 106,9 milhões, sendo R\$ 11,3 milhões a Organismos Multilaterais, R\$ 33,7 milhões pagos a Bancos Privados e Agências Governamentais, além de R\$ 61,9 milhões referentes ao pagamento de encargos da dívida mobiliária externa, constituídos em Eurolibra 2007 (R\$ 43,1 milhões) e outros encargos (R\$ 18,8 milhões).

**TABELA 12**  
**ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA**  
**BRASIL, 1999**

Discriminação	(R\$ milhões)
	<b>Julho</b> <b>1999</b>
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>106,9</b>
I.1. Organismos Multilaterais	11,3
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	33,7
I.3. Dívida Mobiliária	61,9
Eurolibra 2007	43,1
Outros Encargos	18,8

Cabe mencionar, por fim, que o Governo Brasileiro solicitou autorização junto à *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão regulador do mercado mobiliário nos Estados Unidos, para aumentar o seu limite de emissões de títulos negociáveis no país em US\$ 7,4 bilhões. Com a medida, o país poderá efetuar lançamentos de até US\$ 10,0 bilhões em bônus no mercado norte-americano.